

EXPRESSO

ADUR

19

Boletim da Associação dos Docentes da UFRRJ – Ano IV – nº 19 – 19/05/2004 – www.adur-rj.org.br

PROFESSORES DA RURAL DECIDEM PARALISAR NO DIA 20!

Na reunião da Assembléia Geral Permanente da ADUR-SSind., realizada em 11 de Maio de 2004, foi decidida a **PARALISAÇÃO DAS ATIVIDADES DOCENTES NO DIA 20**. No dia 18 de Maio foi realizada nova reunião, onde esta paralisação foi reafirmada, tendo sido aprovado também o encaminhamento de se buscar, junto às entidades dos outros segmentos, a realização de uma **Reunião Comunitária, no mesmo dia 20**. Foi também aprovada a **MANUTENÇÃO DO INDICATIVO DE GREVE, SEM DATA** e foi formada uma Comissão de Mobilização, entre os presentes, com a tarefa de visitar os Institutos e divulgar o movimento.

Nas AG's tem se avaliado que os motivos para a luta continuam e até se acentuaram nos últimos meses. Depois de passar meses ignorando a Mesa de Negociação e as demandas dos Servidores, o Governo resolve se manifestar, apresentando, no início deste ano, uma proposta ultrajante, de cerca de 2% de reajuste. O Movimento se mobilizou e iniciou uma Campanha Salarial que tem como pauta a reposição salarial, a incorporação das gratificações, fixação de Data-Base e outros. A luta também é contra as chamadas Reformas Sindical e Trabalhista, bem com à famigerada Reforma Universitária, que já está entrando, de forma insidiosa, em nossas instituições.

Com a recusa dos Servidores, o Governo enviou nova proposta, onde cria mais distorções, reforça o sentido das gratificações produtivistas e diferencia os aposentados. Nova negativa por parte do Movimento e o Governo parte para as ameaças. Expediu portarias de controle do ponto e deu prazos de validade para as propostas apresentadas na Mesa de Negociações.

NO DIA 20 VAMOS DAR UMA RESPOSTA.

Vamos parar as Universidades Federais!!!!

NOTA DA DIRETORIA DO ANDES-SN POR QUE ENTRAR EM GREVE?

Nós servidores públicos federais, deflagramos uma greve no dia 10 de maio de 2004, com base em uma pauta de reivindicações apresentada ao governo na Mesa Nacional de Negociação Permanente e por este não atendida. O governo apresentou uma proposta de “reajuste” que não recompõe perdas salariais, não altera o vencimento básico, divide a categoria, aumenta distorções, continua penalizando aposentados e pensionistas e segue aprofundando a lógica perversa das gratificações por desempenho inclusive introduzindo uma “nova gratificação” para os servidores das IFES.

Uma das principais reivindicações dos servidores públicos federais, na atual conjuntura de enfrentamento da política de remuneração do governo Lula, que prossegue na linha da política instituída por FHC, é a incorporação das gratificações produtivistas. Esta reivindicação consolida uma posição histórica de princípio dos servidores públicos, que é a paridade entre ativos, aposentados e pensionistas, a isonomia interclasses e intraclasse. Reivindicamos também a reposição emergencial de 50,19%, diretrizes de plano de carreira e piso salarial de R\$ 1.440,00, por entendermos que somente assim atacaremos as questões de fundo de uma política de arrocho salarial, orientada pela lógica do capital, que visa explorar ao máximo, mantendo lucros exorbitantes à custa de enormes sacrifícios dos trabalhadores.

O governo propaga sua proposta, valendo-se dos contracheques dos servidores, anexando nota que apresenta índices variáveis para os servidores da ativa, que são maiores que os índices variáveis dos servidores aposentados e pensionistas, índices estes que incidem sobre a REMUNERAÇÃO TOTAL, que, no caso dos docentes das IFES, com as gratificações existentes (GAE, GID/GED), constitui até 80%. O salário base é, portanto, em torno de 20% do total da remuneração. A nota do governo demonstra também que 21,6% dos servidores não terão direito ao “reajuste”.

A essa medida somam-se outras, como a portaria de controle da frequência que deverá ser comunicada ao MPOG pelas chefias de pessoal das instituições e órgãos federais e, ainda, as propostas de negociação em separado que pretendem atingir a CNESF e enfraquecer o movimento dos servidores públicos federais.

A essa política do governo respondem os servidores públicos federais com uma greve que já

conta com 150 mil servidores parados. Mais da metade dos servidores do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) aderiram à greve. No Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS), a adesão é de 22%. Estão também de braços cruzados servidores da Receita Federal, Advocacia Geral da União, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e Fundação Nacional de Saúde (Funasa).

O ANDES-SN também responde a política do governo organizando a categoria docente pela base, para que as reivindicações deliberadas em Congresso da entidade sejam atendidas. 20 seções sindicais já deliberaram, em assembléia geral, APROVAÇÃO DO INDICATIVO DE GREVE sem data. O quadro parcial de deliberações na base do ANDES-SN demonstra também que, das 63 seções sindicais que constituem o setor das federais, 5 aceitam a proposta do governo e 15 reafirmaram as deliberações do Congresso do ANDES-SN e indicam a defesa da pauta emergencial, que prioriza a incorporação das gratificações. O quadro demonstra ainda que 13 seções sindicais já aprovaram a paralisação prevista para o dia 20, data em que está sendo exigida do governo uma reunião da Mesa Nacional de Negociação Permanente, vez que o governo firmou o dia 21 de maio como o último prazo para a afirmação de qualquer acordo com os servidores públicos federais. Vinte e duas seções não forneceram informações e somente 5 rejeitaram a paralisação do dia 20.

A força da pressão dos servidores federais surte efeitos e o governo anuncia por meio de seus assessores, conforme consta no GLOBO de domingo, dia 16 de maio: “Lula pretende incorporar gratificações ao salário base dos servidores”. Além disto, está marcada para hoje, dia 18 de maio, uma reunião entre a Comissão do Trabalho da Câmara dos Deputados e a Casa Civil da Presidência, para buscar uma saída para a greve dos servidores públicos federais.

Os fatos demonstram que a esperança reside na luta e que, portanto, temos que nos fortalecer, ampliando a mobilização e a paralisação para reafirmar ao governo Lula, no dia 20 de maio, nossa disposição de continuar enfrentando essa política neoliberal que intenta, em última instância, favorecer o capital, desmontando os serviços públicos e retirando direitos dos trabalhadores, destruindo o Estado democrático de direito e, com isto, a própria soberania da Nação brasileira.

TODOS À PARALISÃO DO DIA 20 DE MAIO – A ESPERANÇA ESTÁ NA LUTA